

# Brasília-DF



**CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA  
(COM EDUARDA ESPOSITO)**  
calexa1970@gmail.com

## Diplomacia empresarial

O segundo ponto a destacar é a participação do setor privado no esforço em favor do distensionamento entre Brasil e Estados Unidos. Esse movimento realça, como assinalou o embaixador Roberto Azevêdo em recente artigo publicado na *Folha de S.Paulo*, a importância da diplomacia empresarial, em complemento à diplomacia tradicional.

## Público e privado

O deputado Chico Alencar tem críticas severas à conduta do presidente do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, Fábio Schiochet (União-SC). “Não me surpreende que o presidente do Conselho de Ética, que já tinha declarado publicamente que não via quebra de decoro nas posturas de Eduardo Bolsonaro, tenha escolhido Marcelo Freitas (União-MG) como relator da representação contra o deputado “autodoxilado”, disse. “Na época, questioneei o presidente Fábio sobre essas declarações, e ele disse que se tratava de opinião pessoal. Não é possível separar a função pública da pessoa física”, afirmou Alencar.

## Proteção de dados

A Justiça Federal do Rio Grande do Norte determinou o bloqueio nacional do site “Tudo sobre Todos”, acusado de vender dados pessoais de brasileiros sem qualquer respaldo legal. A 1ª Vara Federal autorizou, ainda, a expedição de pedido de cooperação internacional às autoridades da Suécia para a desativação definitiva do site.

## Direito do consumidor

A decisão judicial considerou os argumentos do Ministério Público Federal e da Advocacia-Geral da União de que comercialização de dados pessoais afronta diretamente os direitos fundamentais à privacidade, à proteção de dados e à segurança dos consumidores. A decisão reconheceu violações à Constituição Federal, ao Marco Civil da Internet, à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e ao Código de Defesa do Consumidor.

## Avanços no diálogo entre Lula e Trump



Após o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, revelar ao mundo a “química excelente” com o presidente Lula, cresce a especulação de como será o encontro entre os dois líderes. Uma das possibilidades listadas é a reunião ocorrer em um país neutro, a fim de evitar situações desagradáveis, como ocorreu com os presidentes da Ucrânia e da África do Sul no Salão Oval da Casa Branca.

Apesar das incertezas, é inegável constatar que o gesto de Trump está longe de ter sido de improviso. Resulta do esforço de interlocutores do governo Lula e do setor privado com seus pares norte-americanos a fim de negociar saídas para o tarifaço imposto pelos EUA. Um desses atores é o vice-presidente Geraldo Alckmin, cotado para participar do diálogo entre Lula e Trump.

Neste momento, convém ressaltar dois pontos. O primeiro: os avanços diplomáticos deixam, por ora, de lado os apelos ideológicos de Eduardo Bolsonaro em favor de sanções contra o Brasil. Mas não se sabe até quando. Afinal, na véspera de Trump acenar para Lula, os EUA aplicaram sanções da Lei Magnitsky à mulher do ministro Alexandre de Moraes e autoridades.

## Mães de Cabo Frio

O Estado brasileiro pediu desculpas, ontem, por violações de direitos humanos relacionadas à morte de 96 bebês internados na Clínica Pediátrica da Região dos Lagos (Clipel), em Cabo Frio (RJ). O episódio ocorreu entre junho de 1996 e março de 1997 e ficou conhecido como Mães de Cabo Frio. O caso está julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, em Assunção, no Paraguai.

## Por um consenso

O governo reconheceu que falhou ao permitir o funcionamento de uma clínica pediátrica, que recebia recursos públicos, sem as autorizações ou inspeções necessárias. Manifestou, ainda, a intenção de buscar uma solução consensual com as famílias das vítimas. Médicos e a direção da clínica fluminense foram absolvidos pela Justiça brasileira em 2003.

## De olho nas bets

A fim de conter as casas de apostas ilegais no Brasil, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda (SPA/MF) e a Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL) celebraram um acordo de cooperação para fortalecer as ações de bloqueio de bets ilegais no país. O objetivo é garantir maior celeridade e confiabilidade na execução dos bloqueios.

## Aniversário militante

Neste domingo, o partido PSol comemora seus 20 anos com o evento PSOL+20. Artistas se apresentarão para a militância e o evento contará ainda com um ato político com representantes de legendas progressistas do país e do exterior.

## Desembarcou...

... mas não queria. O ministro do Turismo Celso Sabino (União-PA) passou semanas tentando convencer os presidentes das legendas da federação União Progressistas par ficar no cargo, mas não teve jeito. Já o ministro do Esporte, André Fufuca (Progressistas), ainda não deu sinais de quando a sua demissão será consumada.

## CONGRESSO

# Relator garante imparcialidade

Apesar de aparecer em vídeo com Eduardo Bolsonaro, deputado Delegado Marcelo Freitas diz que isso não influenciará parecer

» VANILSON OLIVEIRA

O deputado Delegado Marcelo Freitas (União Brasil-MG), escolhido para ser o relator da representação contra Eduardo Bolsonaro (PL-SP) no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, garantiu que vai elaborar uma análise isenta da situação do filho 03 do ex-presidente Jair Bolsonaro, que pode perder o mandato por estar desde fevereiro nos Estados Unidos trabalhando junto ao governo de Donald Trump para prejudicar o Brasil. A desconfiança sobre a imparcialidade na construção do relatório é porque o parlamentar já apareceu em um vídeo recebendo apoio político de Eduardo.

“Pretendo executar essa missão, de conduzir esse processo disciplinar, com absoluta imparcialidade e isenção. Eventuais alegações de amizade ou inimizade não têm o condão de interferir em qualquer esfera de suspensão ou parcialidade”, observa.

Em 20129, Freitas postou nas redes sociais um vídeo no qual está ao lado de Eduardo. No fim da filmagem, os dois trocam um aperto de mãos. O parlamentar foi escolhido pelo presidente do conselho, deputado Fábio Schiochet (União Brasil-SC), que assegurou que “as decisões do Conselho de Ética não podem ser contaminadas por ambiente externo, nem por pressões de rua ou de redes sociais”.

Porém, segundo Freitas, “o que o Código de Processo Penal e o Código de Processo Civil exigem para que haja suspeição é que haja amizade íntima ou inimizade capital. Nenhuma dessas duas circunstâncias encontra-se presente no nosso caso. Nunca frequentei a casa do deputado Eduardo Bolsonaro e, muito menos, ele a minha”. Segundo o deputado, a ideia é “conduzir o

processo com muita serenidade. O primeiro passo é o nosso relatório a respeito da admissibilidade desse processo disciplinar. Na sequência, submeto-se à votação do Conselho de Ética e, posteriormente, se abre oportunidade para a defesa”.

O relator destacou que a defesa do deputado poderá “arrolar até oito testemunhas, para que a gente possa instruir esse processo e apresentar a conclusão no prazo mais rápido possível”. O regimento prevê 90 para a análise do caso, mas Freitas acredita que a conclusão sai antes. “Entendemos que iremos fazê-lo bem antes disso, apresentando o relatório final no mais tardar até novembro”, projeta.

## Desconfiança

Freitas foi pinçado de uma lista tríplice composta também por Duda Salabert (PDT-MG) e Paulo Lemos (PSol-AP). Segundo Schiochet, o processo começou com o encaminhamento da denúncia pela Mesa Diretora da Câmara, que acatou representação do PT contra Eduardo — o partido acusa o filho 03 de reiterados ataques às instituições do Estado brasileiro, em conduta que extrapolaria os limites da imunidade parlamentar.

“Quando há uma denúncia, faço um sorteio de três nomes. Nesse sorteio, excluo deputados do mesmo Estado e do mesmo partido do representado, além de integrantes da federação partidária do representante. Ou seja, não pode haver ligação direta. Foi assim que surgiram os nomes da deputada Duda e dos deputados Lemos e Freitas. Dos três, o presidente escolhe um para ser o relator”, explicou Schiochet.

A indicação de Freitas, porém, trouxe desconfianças sobre a possibilidade de Eduardo não ser

Reprodução Redes Sociais



**Eduardo e Freitas em vídeo de 2019. Relator era o único da lista tríplice que não é adversário do bolsonarismo**

punido. Questionado sobre isso, o presidente do colegiado lembrou que o parecer precisa, antes, ser votado. “Se houver divergência e não for acolhido, devo nomear um novo relator para elaborar outro parecer. Não é uma decisão unipessoal, mas colegiada”, afirma.

Freitas foi eleito, em 2018, pelo PSL, mesmo partido de Eduardo à época. Mas isso, para Schiochet, pouco significa. “O Marcelo foi membro do PSL, mas já em julho de 2019, assinou uma lista contra o Eduardo Bolsonaro, para manter o delegado Waldir na liderança. Ele não tem relação com a família Bolsonaro. Quem vê vídeos de fora pode imaginar, mas a realidade é outra. Ele é de Minas Gerais, vota com o partido, tem

autonomia e independência”, garantiu o presidente do Conselho de Ética, ressaltando, ainda, a experiência do relator em casos de grande repercussão.

## Trajetória

“Marcelo é delegado da Polícia Federal licenciado. Já trabalhou no gabinete do ministro Nelson Jobim e integrou a força-tarefa da (Operação) Lava-Jato a pedido do ministro Teori Zavascki. Isso me deu tranquilidade para indicá-lo. Ele tem histórico de não se abalar diante de pressões políticas ou midiáticas”, afirmou.

Os outros dois integrantes da lista tríplice do conselho manifestaram desconfianças sobre

a indicação de Freitas. Em nota, Paulo Lemos afirmou que a escolha do relator lhe causou estranheza, pelo fato de ter proximidade com o investigado. “É fundamental que esse processo seja conduzido com total isenção, transparência e respeito ao Código de Ética, ao Regimento e à Constituição. Se as violações ao decoro forem confirmadas, que a Câmara aplique a punição devida, em respeito à democracia e às instituições”, frisa.

A deputada Duda Salabert também expressou estranheza. “Respeito a decisão do presidente do Conselho de Ética. Apenas lamentar por terem escolhido um policial para julgar outro policial. O Brasil preferia que uma professora julgasse um policial”, lamentou.

## Pressões externas

O cientista político Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/Uerj), avalia que a alegada imparcialidade do relator que analisará a situação de Eduardo Bolsonaro não elimina dúvidas sobre o contexto político do caso. Segundo ele, há “uma certa suspeita” e, diante do ambiente polarizado, “acredito que também o relator vai ficar um acuado diante de uma pressão social muito grande”.

Para o professor, o cenário aponta para responsabilização no âmbito ético. “Acredito que a tendência é de um parecer favorável à quebra de decoro parlamentar pelo deputado (Eduardo Bolsonaro)”, estima.

Para Castelo Branco, uma eventual suspensão temporária do filho 03 do ex-presidente seria uma resposta insuficiente diante da gravidade das acusações. “A suspensão sairia muito barato. Se ele for suspenso, fica parecendo que atentar contra a soberania nacional vale a pena”, frisa, lembrando que o próprio Código de Ética e a Lei nº 14.197/2021, sancionada na gestão Bolsonaro, tratam de condutas contra a democracia e a soberania nacional.

Castelo Branco ressalta, ainda, que existe precedente para que o Supremo Tribunal Federal (STF) questione uma decisão branda do Conselho de Ética. “Entendo que caberia, sim, uma ação de inconstitucionalidade dessa suspensão. O mandato parlamentar só pode ser usado dentro de um regime democrático. Ele jamais pode ser usado para atentar contra a democracia e contra a soberania”, observa. (VO)